

MARCO ANTONIO SANTORO SALVADOR

**A QUESTÃO DA AUTORIDADE NA ESCOLA E NA  
UNIVERSIDADE; APENAS UMA RIMA OU UMA  
NECESSIDADE?**

RIO DE JANEIRO

2000

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO  
Centro de Ciências Humanas  
Escola de Educação  
Curso: Formação de Docentes Universitários

**A QUESTÃO DA AUTORIDADE NA ESCOLA E NA  
UNIVERSIDADE; APENAS UMA RIMA OU UMA  
NECESSIDADE?**

**MARCO ANTONIO SANTORO SALVADOR**

Orientadora: Angela Maria Souza Martins

Dissertação apresentada ao Curso de Especialização em  
Formação de Docentes Universitários da Universidade do Rio  
de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de  
Especialista em Docência Superior

RIO DE JANEIRO

2000

**MARCO ANTONIO SANTORO SALVADOR**

**A QUESTÃO DA AUTORIDADE NA ESCOLA E NA  
UNIVERSIDADE; APENAS UMA RIMA OU UMA  
NECESSIDADE?**

Aprovada em \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

---

**Angela Maria Souza Martins**

---

**(Banca)**

---

**(Banca)**

## TOMARA

*(Alceu Valença e Rubinho Valença)*

*Tomara, meu Deus, tomara  
Que tudo que nos separa  
Não frutifique, não paria  
Tomara meu Deus*

*Tomara, Meu Deus tomara  
Que tudo que nos amarra  
Só seja amor, malha rara  
Tomara meu Deus*

*Tomara, meu Deus tomara  
Que o nosso amor se declara  
Muito maior e não pare em nós*

*Se as águas da Guanabara  
Que escorreu na minha cara  
Uma nação solidária  
Não pare em nós*

*Tomara meu Deus tomara  
Que uma nação solidária  
Sem preconceitos tomara  
Uma nação como nós*

*À todas as pessoas que, de alguma forma, insistem em acreditar que a vida pode e deve ser melhor para todos e que, anonimamente, no seu cotidiano tenham a consciência e a coragem de construir, com atitudes, esta realidade.*

*AGRADECIMENTOS*

*A Angela Maria Souza Martins,*  
pelo carinho, objetividade, perseverança e  
competência

*A Neyse Luz Muniz,*  
pelos papos, dicas, toques, livros e idéias

*A Eloíza da Silva Gomes de Oliveira,*  
pela competência, suporte, compreensão e  
cuidado

*Aos meus pais Avelino Salvador e Olinda  
Santoro Salvador*  
por tudo

# SUMÁRIO

**RESUMO**

**INTRODUÇÃO**

<b>1 OS PRIMEIROS PASSOS .....</b>	<b>14</b>
<b>2 A QUESTÃO DA RELAÇÃO DE AUTORIDADE PELOS ENFOQUES PSICOLÓGICO, SOCIOLÓGICO E PEDAGÓGICO</b>	<b>19</b>
2.1 A desigualdade necessária em busca da igualdade essencial .....	21
2.2 O contexto educacional .....	29
Organogramas .....	34
<b>3 A QUESTÃO DA AUTORIDADE NO CONTEXTO EDUCACIONAL .....</b>	<b>38</b>
<b>4 A QUESTÃO PRÁTICA DA AUTORIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR – ALUNO .....</b>	<b>47</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>52</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>60</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA .....</b>	<b>61</b>

## RESUMO

O nosso trabalho analisa a questão da autoridade na relação professor/aluno, utilizando autores como Erich Fromm, Hanna Arendt, Lúcia Maria Teixeira Furlani e José Carlo Libâneo, pela ótica da Psicologia, da História e da Pedagogia. Busca na história a sua origem na sociedade grega, suas influências absorvidas pelo Império Romano pela tradição e finalmente a sua ampla difusão na sociedade cristã, até os dias atuais. Define os diversos tipos de autoridade na sociedade e suas conseqüências nas relações interpessoais, analisa a crise que a autoridade vivencia desde a sociedade moderna e aborda a questão da hierarquia e as suas ligações com a autoridade no contexto educacional. Expõe as tendências pedagógicas atuais com o seu perfil político pedagógico e a sua práxis e hipotetiza quais as relações de autoridade que prevalecem em cada tendência. Por fim o nosso trabalho enfoca a realização destas relações e as conseqüências possíveis do resultado destas práticas.



## INTRODUÇÃO

Final do século XX, século marcado por velozes e intensas mudanças tecnológicas, nunca antes registradas na história da humanidade, como a que estamos experimentando.

No aspecto social não encontramos uma situação diferente, o conjunto das diversas instituições que compõe a sociedade contemporânea vivencia um intenso questionamento em relação aos seus papéis e funções sociais, seus valores e finalidade.

Entretanto não respondemos, nem superamos os grandes paradigmas que permeiam a nossa sociedade: a imensa desigualdade social, a fome, a miséria, o desemprego, as injustiças, a perversa distribuição de renda, o analfabetismo, entre outros.

Sem contar com as misérias humanas “invisíveis” tais como: a insegurança, o medo, o egoísmo, a baixa auto-estima, os preconceitos, entre tantos outros não citados.

Estes aspectos, somados a outros não analisados aqui, constituem-se em um quadro legítimo de insatisfação social e intolerância coletiva intensas, que contribuem diretamente ou no “anestesiamento” social e sua falta de perspectivas ou nas situações de conflitos sociais por demais imediatistas, sem um aprofundamento tão necessário em busca de uma consciência crítica coletiva, que vislumbrem uma direção mais incisiva na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

O que observamos são movimentos sociais corporativos limitados em sua questão financeira ou de regulamentação de mercado, mercado este de

exclusão e crescente desemprego, colocando trabalhadores em campos inimigos ou adversários, sem enxergar a perversa sociedade de classe<sup>1,11)</sup> a que estamos inseridos.

Neste contexto, a sociedade vive um período de perplexidade, onde parâmetros e referenciais não gozam mais de hegemonia suficiente para que se mantenham sem questionamentos e, conseqüentemente, abalados em seus alicerces.

Dentre estas instituições sociais, a escola detém uma função fundamental de interligar gerações em seus conceitos, valores e culturas, preparando-as para um mundo que possa melhor acolhê-las, pois são das novas gerações o poder de mudança ou de manutenção que vivenciamos em nossa sociedade.

*“A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum”. (ARENDETT, 1997, p.274.)*

A instituição escolar não é constituída por números ou quantificações, é constituída de pessoas e estas se constituem de diversas formas, que definimos de relações pessoais. Estas relações interpessoais possuem um caráter hierárquico, pois desde o seu surgimento, a sua estrutura de aprendizado se configura entre os que detém o conhecimento e os que recebem este conhecimento.

A hierarquia, seja qual for o ponto de vista, pressupõe posições desiguais, funções e tarefas diferenciadas. É na prática da autoridade que se instala este pressuposto, ou seja, é necessário haver relações interpessoais para que se estabeleça a prática da autoridade e conseqüentemente a hierarquia, como reconhecimento das diversas posições sociais, seja de cunho legal, legítimo ou de sua própria recusa.

A escola, como parte integrante desta sociedade, se constitui em diferentes cargos e funções baseados na hierarquia, que alimentam as relações de autoridade. Estas relações permeiam os diversos níveis da escola. Tais como: Secretaria de Educação e direção da escola, direção de escola e professores, professores e alunos, dentre outros.

Focalizaremos o nosso estudo na relação professor-aluno e nas práticas existentes de autoridade que são desenvolvidas na ação pedagógica.

Especificamente no contexto da educação, enfocaremos a relação de autoridade de acordo com as tendências pedagógicas atuais que permeiam o processo educacional de nosso país.

Usaremos como referencial o autor José Carlos Libâneo, que classifica as tendências pedagógicas de forma didática e sucinta.

Para o autor, as tendências pedagógicas se dividem em dois parâmetros que são o liberal e o progressista.

Dentro destes parâmetros ou tendências, existem um grupo de outras // tendências que compartilham do mesmo viés pedagógico, São elas:

- Tendência Liberal: tradicional, renovada progressista, renovada não diretiva e tecnicista
- Tendência Progressista: libertadora, libertária e crítico social dos conteúdos.

Com o entendimento de que as diversas tendências de cada grupo se posicionam em um mesmo viés político-pedagógico e que o nosso trabalho não tem como objetivo pesquisar as tendências e sim, refletir a questão de autoridade nas relações interpessoais resultantes destes métodos, optamos por apurarmos estas questões especificamente no contexto das tendências liberais e progressistas, sem analisarmos profundamente as suas subdivisões; apesar de sua importância e papel social, estes não fazem parte do objetivo proposto.

Analisaremos as formas de autoridade na relação professor-aluno nas duas tendências, de forma a indicar a possível práxis decorrente desta relação.

Apontaremos caminhos para a reflexão sobre que tipo de autoridade contribui na construção de um aluno crítico e autônomo, em busca de uma sociedade mais justa e democrática.

Para que possamos situar o trabalho nas esferas histórico-político-social resgataremos a questão da autoridade em sua origem, nas sociedades grega – posteriormente romana, construindo um elo com o período cristão até os dias atuais.

Analisaremos a questão de autoridade pela ótica de autores significativos nas áreas da psicologia, história, sociologia e pedagogia.

Este trabalho pretende contribuir na busca da inquietação tão necessária em tempos de sonhos tão pasteurizados e ações tão previsíveis.

Um ensaio de hipóteses que motivem a reflexão de educadores, aliás, seres humanos..

Para que possamos entender melhor o objetivo deste estudo e o percurso que optaremos em busca de um entendimento abrangente e crítico, que subsidiem nossas reflexões, traçaremos uma síntese do trabalho e sua subdivisão de seus capítulos, de forma didática, a seguir: No primeiro capítulo, analisaremos a origem histórica da autoridade na sociedade grega e

seu espaço de atuação restrito as esferas pré-políticas da vida familiar privada e na relação com os servos e escravos. A falta de experiência na democracia grega, que definia seu pilar no discurso e persuasão, não criando pressupostos para a sua realização e difusão na sociedade dominante. ←

As influências e conseqüências das experiências grega e romana, na questão da autoridade, como referenciais, na formação e difusão da sociedade cristã.

No segundo capítulo, realizaremos um breve levantamento das características pedagógicas do autoritarismo e suas conseqüências na questão da identidade.

Definiremos os tipos de autoridade nos contextos psicológicos, sociológicos e pedagógicos, de acordo com cada autor citado e suas conseqüências nas relações interpessoais de cada uma delas. ←

A crise<sup>ps</sup> que passa a autoridade, em sua origem e natureza política e abordaremos a questão da hierarquia e suas ligações com a autoridade na interligação com o contexto educacional. Ao final do capítulo, construiremos alguns organogramas, de acordo com cada autor, <sup>p</sup>Para que possamos realizar comparações de forma mais objetiva, entre os autores.

No terceiro capítulo, traçaremos o perfil político-pedagógico de cada tendência e a sua práxis escolar, de acordo com o autor proposto, e quais as relações de autoridades possíveis que prevalecem nestas tendências (liberal e progressista)

No quarto capítulo, analisaremos como se configura<sup>ps</sup> as relações de autoridade entre o professor e o aluno, na prática cotidiana, de acordo com as possíveis relações de autoridade que surgem das experiências pedagógicas analisadas no capítulo anterior e quais as possíveis conseqüências de cada relação de autoridade na formação dos indivíduos.

Concluiremos o trabalho com o levantamento de hipóteses e reflexões embasadas nos conteúdos pesquisados.

## CAPÍTULO 1

### OS PRIMEIROS PASSOS

Para entendermos o conceito e a aplicação da autoridade, é necessário visitarmos a base de sua história e voltarmos ao tempo, precisamente nas sociedades grega e romana, pois são nestas sociedades que se ensaiam as primeiras experiências significativas das relações de autoridade, e onde reside toda a estrutura da questão da autoridade nos tempos modernos, desde sua solidificação no decorrer do tempo até a sua recusa e crise nos dias atuais.

*Ética, é - ajuda*  
 Buscar a sua origem, os pressupostos que favoreceram a prática de autoridade em sua ação coletiva nas esferas pré-políticas grega, a transformação de sua essência na fundação de Roma, pelo aspecto da tríade: autoridade, tradição e religião, sem a perda da influência grega, que foi adotada pela fundação romana, <sup>b</sup> Bem como, <sub>x</sub> o surgimento da era cristã, sua sobrevivência e adaptação aos tempos atuais, culminando em sua crise.

Na sociedade grega (polis) se configurava uma interessante situação social; em sua intrincada estrutura, inexistia uma relação de autoridade no contexto da esfera pública-política. O que caracterizava a administração do coletivo público dos cidadãos gregos era de um governo de muitos governantes.

Entretanto, nas relações denominadas de pré-políticas, ou seja, nas relações da vida privada familiar e na dominação de servos e escravos, a tônica destas estruturas era uma forte e determinada presença de autoridade, de caráter hierárquico e coercitivo. Mas devemos frisar que para a sociedade grega os escravos e servos não eram conceituados como cidadãos, pois para

ser considerado cidadão era necessário, além de possuírem mais que a sua própria força de trabalho (servos e escravos), deveriam aplicar o seu tempo no lazer, pois os que trabalhavam não eram considerados à altura da cidadania e o lazer era usado, dentre outras coisas, para a política pública e seus inflamados discursos.

Na polis os cidadãos exerciam a democracia no princípio da igualdade e na persuasão dos argumentos, não havendo distinção entre governantes e governados.

Com este quadro político-social, os filósofos se esforçavam em sustentar o seu aparato teórico por falta de experiências políticas concretas, pois a polis ateniense não era o que definimos como Estado. Platão avaliava que em momentos de exceção, como nas guerras, a polis experimentava a prática de um governo absoluto pela necessidade de sua própria existência, onde na guerra a obediência fiel dos comandados aos seus comandantes era condição única para suas sobrevivências.

Se estabelece,<sup>2.ª.ª</sup> mesmo que de forma temporária, as relações de autoridade entre seus cidadãos, baseados na hierarquia.

Novamente em Platão, na esfera da filosofia, a análise do princípio legítimo da coerção eram ancorados nos clássicos exemplos do pastor e seu rebanho e o timoneiro e seus tripulantes, entre outros. Denomina de obediência voluntária toda relação calcada na confiança e reconhecimento do conhecimento especializado.

Em Aristóteles a construção do conceito de cidadão estava no ato de atingir a sua possibilidade máxima na faculdade do discurso e na vida da polis, fundamentando a distinção de gregos e bárbaros, dos homens livres de escravos.



O conceito de obediência coletiva por intermédio das leis era de conteúdo persuasivo e democrático, de largo uso na sociedade, que era chamada de peitharkia.

A polis grega construiu no campo pré-político as relações de autoridade baseadas na coerção e na hierarquia. Contudo na esfera público-política estas relações não se configuraram em nenhuma experiência significativa. ||

*“De fato, os gregos procuraram estabelecer um fundamento para a vida pública que não fosse apenas a argumentação ou a força, mas tanto Platão quanto Aristóteles se utilizaram de conceitos pre-políticos para análise do problema ao transferirem, por analogia, para o campo da política as relações de pais e filhos, senhor e escravo, pastor e rebanho, etc. que não eram relações entre iguais como as que devem nortear a vida política.”(ARENDR, 1997, p.23.)*

Posteriormente, encontramos no período da fundação e domínio romano, uma nova configuração nas relações de autoridade, mas com significativa influência grega.

Em Roma, o conceito de autoridade se instala no fato político, na ação conjunta. A ação política acrescenta através dos acontecimentos a importância da fundação da comunidade política e a vida às suas instituições. ?  
*“É por isso que em Roma o poder estava com o povo, mas a autoridade residia no senado, dotado de grávititas e incumbido de zelar pela continuidade da fundação de Roma.” (ARENDR, 1997, p.23)*

A fundação continha um forte caráter sagrado, pois nesta sociedade a religião e a política eram considerados idênticas e o conceito de autoridade estava fortemente fincado no passado, na tradição.

Os antepassados romanos eram chamados por toda a sociedade de “maiores” e aqueles que conhecem por descendência ou tradição, a ligação com os primórdios da fundação, herdaram a autoridade, como por exemplo os anciãos, o senado ou os patres.

A pedra angular que norteava as relações de autoridade residia não apenas <sup>no</sup> pela sabedoria ou experiência acumulada, mas sim <sup>nos</sup> dos homens mais velhos, pois quanto mais antigos mais próximos estiveram dos seus antepassados da fundação.

Conclui-se que no Império Romano as relações de autoridade baseavam-se na tradição.

A essência da fundação de Roma estava no campo das idéias, alicerçadas dos gregos, em seus grandes autores, pois aceitaram e adotaram os grandes pensadores gregos como seus exemplos. Adicionando, além desta questão, a idolatria dos antepassados.

Não foi à toa que a trindade romana; autoridade, religião e tradição, penetrou em todos os locais por onde o Império Romano tinha criado os seus alicerces na civilização ocidental.

*“A força desta tríade repousa na eficácia coerciva de um início autoritário ao qual tiaras “religiosos” reatam os homens através de tradição. A tríade romana não apenas sobreviveu à transformação da república em império como penetrou onde quer que a pax romana tenha criado a civilização ocidental sobre alicerces romanos. (ARENDRT, 1997, p. 167)*

Com o declínio do Império Romano e o conseqüente surgimento da era cristã, concluiu-se que estavam fadados à morte e ao esquecimento os conceitos de autoridade que sustentavam o Império de Roma, pois à primeira vista, as diferentes sociedades em seus aspectos morais apontavam para uma total erradicação dos conceitos romanos, visto que eram antagônicos.

Mas seu núcleo social/político era exatamente a herança política e espiritual romanas que se inseriam <sup>no</sup> ao pensamento cristão, pois fez-se da morte e ressurreição de Cristo, a mesma concepção para criação de uma nova

fundação, nos mesmos moldes, fundado o cristianismo que conhecemos durante tanto tempo em nossa história.

Assim os apóstolos tornaram-se os fundadores da igreja, dos quais relegaram a sua autoridade pelo seu testemunho, de geração em geração. Assim sendo os conceitos gregos foram acoplados ao Império Romano, que por sua vez influenciaram ao Cristianismo.

*“O sinal mais claro dessa continuidade talvez seja o fato de a igreja, ao se atirar em sua grande carreira política no século V, ter adotado imediatamente a distinção romana entre autoridade e poder, reclamando para si mesma a antiga autoridade do senado e deixando o poder que no Império Romano não estava mais nas mãos do povo, tendo sido monopolizado pela família imperial – aos príncipes do mundo.”*  
(ARENDR, 1997, p.169)

Estava caracterizado, na história ocidental, o nascimento e o desenvolvimento da autoridade e suas conseqüências políticas nas relações humanas, desembocando em nossa sociedade atual, esclarecendo e referendando os alicerces da crise contemporânea.

## CAPÍTULO 2

# A QUESTÃO DA RELAÇÃO DE AUTORIDADE PELOS ENFOQUES PSICOLÓGICO, SOCIOLÓGICO E PEDAGÓGICO

A escolha <sup>dos autores</sup> destes autores baseia-se em um olhar crítico das relações humanas, especificamente <sup>2</sup> pela autoridade. Buscamos compreender o homem de acordo com a política e a filosofia, segundo ótica de Hanna Arendt. Enxergar o ser vivo e transformador que sempre foi, é, e será por razão de sua natureza única e inquieta.

Queremos <sup>ainda</sup> realizar uma discussão que considere as questões sociais e psicológicas, seguindo os passos de Erich Fromm. ~~Buscando~~ Buscando explicitar as relações interpessoais, especificamente, no contexto escolar, pelo viés pedagógico de Lúcia Maria P. Furlani.

Erich Fromm mostra que o autoritarismo é fruto de impulsos masoquistas e sádicos, tão cotidianos em nossa sociedade, que se tornam sutis e comuns. O quadro social desta questão é uma quantidade absoluta de pessoas comandadas e humilhadas que, sem a menor reação aceitam por motivos diversos, serem oprimidas e que, de alguma forma, passam a necessitar desta condição tão dependente e desumana. *“As formas mais conspíquas destes mecanismos são encontradas no anseio de submissão e dominação.”*(FROMM, 1980, p.118)

O que faz as pessoas desejarem a submissão? Que fatores desencadeiam atitudes tão doentias e perversas?

Um dos paradigmas principais do homem é sem dúvida o medo <sup>do</sup> à solidão, e como forma de fuga deste sentimento insuportável, o homem renuncia à sua própria independência, fundando-a com algo ou alguém em busca de adquirir forças para um ego individual carente. Busca-se a identidade com instituições, grupos, povos e tribos que lhe traga o alívio de tamanho incômodo e pavor; a identidade com a pátria, etnia, cidade, região, hobby, time de futebol, etc. é um exemplo bem amplo e comum. Procura-se um grupo, uma coletividade, algo que possa evitar a solidão.

Retomando a questão dos impulsos masoquistas, apenas como esclarecimento, estes aparecem sob forma de sentimentos de inferioridade, impotência e insignificância individual.

Os impulsos sádicos caracterizam-se por um perfil de utilização das pessoas em benefício próprio, como se fosse instrumentos e como consequência tornando-as dependentes e submissas. Explorá-las com o objetivo de fazê-las sofrerem, por puro prazer. *“Tanto os impulsos masoquistas quanto sádicos tendem a auxiliar o indivíduo a evadir-se a seu intolerável sentimento da solidão e impotência.”* (FROMM, 1980, p.125)

O autor claramente relaciona a questão do ser humano com a sociedade, em uma análise crítica e profunda, das interligações entre ambas e das consequências tanto individuais quanto sociais destas interações. Tornando impossível a análise fragmentada de apenas um ou outro aspecto.

Neste sentido, apesar do autoritarismo não representar o objetivo do trabalho, achamos necessário esta pequena análise à título de esclarecimento e de lançar um olhar pelo ponto de vista do indivíduo, para não corremos o risco de analisarmos a sociedade como apenas um conjunto, sem levar em conta que ela é formada por cada pessoa, com suas histórias e experiências, que tanto permeiam a construção histórico-político do homem mas que

costumam ser secundarizadas.

## 2.1 A desigualdade necessária em busca da igualdade essencial

A questão da autoridade se baseia na superioridade de um ser sobre o outro, nas relações interpessoais. O que vamos pesquisar é se esta relação só subsiste nestes termos ou se é possível outras formas de relacionamentos; se o homem está destinado a fortalecer e aprofundar os desvios e as perversidades cotidianas ou se existe e é possível construir relações fraternas, que prevaleçam elementos de solidariedade, amor, admiração e autonomia.

Fromm analisa a questão da autoridade de dois modos: A autoridade racional ou estimulante e a autoridade irracional ou inibidora.

Antes de delinear as características que distinguem estas tendências, torna-se necessário descrever os aspectos comuns a ambas em busca de uma visão crítica e abrangente.

Nas autoridades racional e irracional, o perfil comum e a corporificação das atitudes destas autoridades nas relações interpessoais; os seus atos são concretos, francos e claros, sabe-se quem manda e quem proíbe. O referencial do que é superior e inferior é perceptivo e transparente. Apenas como exemplo citamos a figura do pai, do mestre, do rei, sacerdote, da lei, etc.

Nestas situações as pessoas sabem quais são os referenciais e se posicionam nas atitudes de obediência ou rebeldia, a autoridade é presente e têm-se ciência das conseqüências de acordo com cada opção. Estas formas de autoridade tem seu ápice nos séculos XVIII e XIX.

Mas o que difere claramente nas relações de autoridade são os seus métodos e objetivos. Na autoridade racional os interesses entre as pessoas que se relacionam são os mesmos, enquanto nas relações de autoridade inibidora

os interesses são contrários, antagônicos. Na autoridade racional, a superioridade serve como auxílio à pessoa sujeita a esta autoridade. Na autoridade inibidora, a superioridade de um é condicionada à inferioridade do outro, não existindo objetivos iguais, nem mesmas direções.

A relação interpessoal na autoridade racional se baseia no aprendizado do superior em busca de uma igualdade futura, na inexistência de parâmetros diferenciados. Na autoridade inibidora, a distância entre quem comanda e quem é comandado vai se distanciando ao longo de sua duração.

Outro aspecto importante, são as situações psicológicas que prevalecem nas situações de autoridade.

Na autoridade racional o que se tem de primordial é a identificação com o outro, a essência da relação se baseia no amor, gratidão e admiração. O ser humano busca ao outro como seu referencial, seja ele em algum perfil ou no seu todo.

Na autoridade inibidora a essência dos sentimentos que ela desencadeia é a de hostilidade no ressentimento com seu explorador.

O submisso percebe que os seus interesses são exatamente antagônicos ao seu superior.

Com a industrialização das sociedades ocidentais e a conseqüente hegemonia da lei de mercado, em meados do século XX, as relações de autoridade entre as pessoas começam a assumir um caráter novo e diferenciado. Não se observa mais a relação calcada na autoridade concreta, perceptível, corporificada; e sim, uma autoridade dispersa, invisível e anônima. Não há mais o referencial em pessoas ou instituições, o que se verifica são as novas formas de autoridade com base na questão de identidade e na adaptação social.

*“Ninguém dá ordens, nenhuma pessoa, nenhuma idéia, nenhuma lei moral, porém todos nós nos submetemos tanto ou mais do que as criaturas sujeitas a uma sociedade fortemente autoritária. Na realidade, ninguém é autoridade, exceto “aquilo”. Que é “aquilo”? O lucro, as necessidades econômicas, o mercado, o senso comum, a opinião pública, o que a pessoa faz, sente ou pensa. As leis da autoridade anônima são tão invisíveis quanto as leis do mercado e exatamente tão invioláveis quanto estas.” (FROMM, 1974, p.153)*

A perda da hegemonia da autoridade manifesta ou concreta, em detrimento da autoridade anônima se reflete em todas as esferas político-sociais, penetrando nas esferas pré-políticas como exemplo na família, na autoridade do pai em relação aos filhos.

Um forte exemplo desta situação em nossa sociedade encontra-se<sup>na</sup> inúmeros debates televisivos e nas diversas publicações entre livros, jornais e revistas editados com este assunto onde a falta de parâmetros é tônica da autoridade na sociedade contemporânea. Os pais carecem de princípios e convicções e sem parâmetros recorrem à lei da conformidade, na esperança de uma melhor adaptação dos novos seres que cheguem ao nosso velho mundo. (Para uma análise mais abrangente vide anexo 1)

Neste contexto social, a atitude de mando e ordem cede lugar à manipulação e persuasão, induzindo as pessoas a se enquadrarem em algum grupo ou setor social, onde a conformidade surge como referencial de controle social. *“Devo fazer o que todos fazem, em conseqüência, devo adaptar-me, não ser diferente, não sobressair (...) ninguém tem poderes sobre mim a não ser o rebento de que faço parte e ao qual estou submetido.”*(FROMM, 1974, p.154)

A individualidade se torna ausente na autoridade anônima, passamos a ter identidade em grupos, com ações e pensamentos pasteurizados, onde o



diferente é visto como esquisito, onde a rebeldia se torna uma atitude do passado.<sup>1</sup>

A sociedade ficou refém do seu próprio modo de produção, passamos a não mais recorrer à força para se obter autoridade. Adaptar-se, ter conduta disciplinada, ter gostos e costumes comuns, passam a ser metas para as pessoas. A lei de mercado e da produção em massa direcionou o nosso consumo, nossos desejos, nossas vidas. Passamos de cidadãos a consumidores. Foi o que Erich Fromm denominou de “O princípio da não frustração”. Onde todo desejo deve ser satisfeito imediatamente, e nenhum deve ser frustrado, desde que, de acordo com o mercado, de acordo com a classe dominante. (Vide anexo 3)

Neste sentido a questão da identidade aceitável socialmente passa obrigatoriamente pela conformidade, pelo conhecido, pelo lugar e senso comuns. O que vale é não ser diferente dos demais. No convívio dos adolescentes, ser diferente é quase ser condenado à solidão, pois a uniformidade por intermédio da moda de costumes e atitudes é hegemônica e autoritária. Nascendo um sentimento de inferioridade por razão da diferença, que por vezes, e não são poucas, esta diferença denota qualidade e superioridade.

A questão fundamental não é a de negar a convivência coletiva. Mas motivar as pessoas a tal situação sem, entretanto, renunciar à independência e a integridade de seu ego individual.

A análise psicológica de Erich Fromm, ultrapassa essencialmente os parâmetros individuais, exercendo uma interligação histórica, política e social em uma “teia” contextualizada e crítica.

---

<sup>1</sup> Indicamos o filme *Zelig*, de Wood Allen, sobre adaptação social e conformidade.

A questão da autoridade nas relações humanas se interioriza a partir da sociedade moderna, onde assume um papel invisível como consciência, dever ou superego.

*“A análise demonstra que a consciência governe com rigor tão grande quanto o de autoridades externas e, outrossim, que provavelmente o conteúdo das ordens expedidas pela consciência do homem é ditado, em última instância, não pelas exigências do eu individual, porém por exigências sociais que assumem a dignidade de normas éticas. O império da consciência pode ser ainda mais severo que o de autoridades externas, pois desde que o indivíduo encara as ordens dela como sendo dele próprio, como prá rebelar-se contra si mesmo?” (FROMM, 1980 p.131)*

Nossa análise, de acordo com a linha de pensamento, é de que a autoridade anônima é mais profunda e eficaz do que a autoridade racional ou autoridade inibidora, pois os referenciais se tornam despersonalizados, anônimos, invisíveis.

Por fim, a questão da automatização da produção revela mais um agravante na questão da identidade dos trabalhadores, pois surge mais insegurança e desorientação nos indivíduos, na medida que o trabalho alienado e sem significado não reflete o próprio ser em sua criação e mais uma vez corrobora com a atitude de sujeitar-se a novas autoridades que lhe ofereçam segurança ou identidade.

Erich Fromm, com a sua análise psicológica do homem e da sociedade, exerce uma profunda reflexão sobre as influências históricas no cotidiano do homem, orientando-nos a contextualizar todo o processo psicológico individual e constatar que é por demais tênue o limite que separa a pressuposta independência individual da ditadura da opinião pública alienada.

Em Hanna Arendt, percebemos momentos de congruência com Erich Fromm e algumas divergências significativas ao longo de seu trabalho. O que

nos dá uma interessante visão sobre o assunto e a possibilidade de traçarmos parâmetros necessários a um entendimento crítico e amplo.

O desaparecimento da autoridade no mundo moderno! É o que a autora supracitada enfatiza ao avaliar a falta de experiências autênticas e incontestes na sociedade atual. A crise da autoridade que desembocou em nosso século, perde os seus referenciais que denunciavam o seu conceito e a sua prática específica.

*“Essa crise, manifesta desde o começo do século é política em sua origem e natureza. O ascenso de movimentos políticos com o intento de substituir o sistema partidário, e o desenvolvimento de uma nova forma totalitária de governo, tiveram lugar contra o pano de fundo de uma quebra mais ou menos geral e mais ou menos dramática de todas as autoridades tradicionais.”(ARENDRT, 1997, p.128)*

Um sintoma característico da crise de autoridade é ela ter se espalhado para as áreas denominadas de pré-políticas, como a criação dos filhos nas famílias e na educação, como também cita Erich Fromm anteriormente.

Que são tidas como pilares importantes na sustentação de uma sociedade, visto que, a manutenção desta mesma sociedade deve, em grande parte, ao aparo dos recém-chegados a ela, ou seja, as crianças que devem se adaptar a um mundo pré-estabelecido.

No entanto, a perda da autoridade não se manifesta como sendo uma autoridade única e geral. A perda está em uma autoridade específica, pautada nas esferas totalitárias.

Percebe-se que a fronteira entre alguma forma de poder ou violência é tênue em relação a autoridade, pois esta também se mantém pela prática de obediência e que de uma atitude para outra não existe muita diferença em nossas experiências cotidianas a qual assistimos e experimentamos.

Entretanto, na questão da autoridade não há o uso da coerção da força pois nestas experiências, sem exceção, a autoridade fracassou. Por outro lado, não existe o que chamamos de persuasão. Para que ela exista é necessário a igualdade e a argumentação e neste caso a autoridade requer diferenças de postos, mesmo que temporários.

Se pudéssemos defini-la, com certeza, pelas suas negações, ou seja, a autoridade é tão contrária a coerção pela força, quanto à persuasão através de seus argumentos.

Mas, afinal, o que podemos refletir por estes argumentos? Se, em um grupo ou coletivo, usarmos a violência para se chegar a obediência, não estaremos usando da prática da autoridade, pois a autoridade não requer coerção.

Se, em um grupo coletivo usarmos o argumento e persuasão na busca da igualdade, a autoridade irá se esvaír pois para ela existir se requer o uso da hierarquia, ou seja, posições desiguais, diferenciadas.

O ponto estratégico de análise está na hierarquia. Não aquela autoritária, intocável ou legal e sim a da legitimidade, do reconhecimento da admiração, daquela que dá a possibilidade da igualdade. O ponto em comum está em reconhecer que em ambos os casos os lugares diferenciados têm suas posições estáveis pré-determinadas.

E nesta questão pode estar a pista<sup>34</sup> que precisamos para começar a construir um perfil de uma autoridade democrática em busca da igualdade futura, de auto-estima, da autonomia.

É necessário olhar além da influência platônica de autoridade, que visualizava apenas a autoridade coercitiva no trato com os escravos e nas situações de exceção das guerras e a autoridade da persuasão, que sustentava

as relações dos cidadãos da polis grega, visto no capítulo anterior, e que começaremos a considerar no decorrer do trabalho.

Arendt<sup>x</sup> avaliza a perda da autoridade na sociedade moderna conectada com o crepúsculo da hegemonia da tradição e da religião. A perda da tradição acarretou em um profundo corte com o passado. Que, de alguma forma, nos guiava com segurança e nos conduziu ao presente com referenciais e dogmas. Contudo, visto por outro prisma, libertava as futuras gerações de um destino pré-estabelecido por parâmetros rígidos e autoritários. *“A autoridade, assentando-se sobre um alicerce no passado como sua inabalada pedra angular, deu ao mundo a permanência e a durabilidade de que seres humanos necessitam precisamente por serem mortais.”* (ARENDR, 1997, p.131)

Na religião ocorre <sup>o</sup> ao contrário, pois nos séculos anteriores a religião sofreu severas críticas da sociedade desencadeando um quadro de descrença nas questões sobre o paradoxo e os absurdos dos dogmas religiosos institucionais observando uma clara distinção entre religião e fé (que neste caso se mantém intacta.)

Mas a perda da segurança e permanência do mundo, não obstrui a sociedade da capacidade de construção, nem tampouco, de adequação à vida dos que estão por vir. O que acarreta, novamente citado por Fromm, é a questão da identidade e a falta de referenciais.

Segundo Arendt, *“A dicotomia entre o ver e a verdade em solidão e isolamento e o ser capturado nas conexões e relativismos dos negócios humanos tornou-se imperativa para a tradição do pensamento político”* (ARENDR, 1997, p.156)

Mais uma vez têm-se a ponte do raciocínio entre autores sobre a questão do medo à solidão e sua conseqüência sobre a identidade.

Retomando a trindade romana: religião, autoridade e tradição, a igreja católica incorporou conceitos gregos nas suas crenças e os conceitos políticos de autoridade da sociedade romana, construindo sua rede interligada e conectada nestes três conceitos. Na história confundiu-se seus conceitos e práticas. E na questão da religiosidade da sociedade contemporânea uma perda é definitiva: a separação das esferas religiosa e política da vida, a religião perde seu exemplo político, assim como, a vida pública perde o status religioso da autoridade transcendente.

Encerra a análise de Hanna Arendt sobre a autoridade que, as mais recentes e principais revoluções como a francesa, a independência americana ou a revolução soviética não concederam rupturas radicais com a tradição. Em todas elas, os homens se inspiraram na origem da tradição, terminando os seus processos revolucionários em restauração ou tirania.

*“A autoridade tal como a conhecemos outrora, e que se desenvolveu a partir da experiência romana e foi entendida à luz da filosofia política grega, não se restabeleceu em lugar nenhum, quer por meio de revoluções ou pelos meios ainda menos promissores da restauração, e muito menos através do clima e tendências conservadoras que vez por outra se apossam da opinião pública.” (ARENDR, 1997, p. 187)*

## **2.2 O contexto educacional**

Esta concepção histórico-social sobre a autoridade desemboca na esfera da educação com uma intensa crise, onde a autora analisa os diversos tipos de autoridade e suas conseqüências.

A autoridade executa o papel de responsabilidade dos adultos pelo mundo perante as crianças, no ato de educar. Levanta as diferenças de autoridade entre a qualificação técnica ao professor e sua responsabilidade pela administração coletiva do planeta, como representante dos habitantes adultos

do mundo. Com isso, a crise da autoridade, soa como a recusa dos adultos em assumir a responsabilidade pelo caos que se encontra. (vide anexo 2)

Cria-se então uma conexão entre a perda da autoridade com a crise na esfera privada, pois são interligadas e se interagem.

Daí a autora conclui:

*“A perda geral de autoridade, de fato, não poderia encontrar expressão mais radical do que sua intrusão na esfera pré-política, (...) O homem moderno, por outro lado, não poderia encontrar nenhuma expressão mais clara para sua insatisfação com o mundo, para seu desgosto com o estado de coisas, que sua recusa a assumir, em relação às crenças, a responsabilidade por tudo isso.” (ARENDRT, , 1991, p.241)*

É polêmico e necessário pontuar que a educação deva ser conservadora pois o novo deve ser introduzido em um mundo antigo de forma que ele possa continuar subsistindo em eterna transformação em detrimento de uma total desintegração de valores e conseqüentemente a sua própria destruição.

Por isso, o educador deve ser o mediador entre o velho e o novo, em um contexto de não poder-se abrir mão da autoridade, nem da tradição em um mundo em crise destes mesmos valores, pois o que parece contraditório na verdade, deve-se divorciar a educação da vida pública e política, para aplicar um conceito de autoridade distante da persuasão por um lado e da coerção por outro lado, com ligação no passado como alicerce de valores necessários a sua sobrevivência.

*“Na prática, a primeira conseqüência disso seria uma compreensão bem clara de que a função da escola é ensinar as crianças como o mundo é, e não instruí-las na arte de viver. Dado que o mundo é velho, sempre mais que elas mesmas, a aprendizagem volta-se inevitavelmente para o passado, não importa o quanto a vida seja transcorrida no presente. Em segundo lugar, a linha traçada entre crianças e adultos deveria significar que não se pode nem educar adultos nem tratar crianças como se elas fosse maduras, jamais se deveria permitir, porém, que tal linha se tornasse uma muralha a separar as crianças da comunidade adulta,*

*como se não vivessem elas no mesmo mundo e como se a infância fosse um estado humano autônomo, capaz de viver por suas próprias leis.”*  
(ARENDETT, 1997, p.246)

Concluimos de acordo com a autora que a questão da relação de autoridade entre professor e aluno é essencial, mas esta autoridade deve ser baseada na competência técnica aliada a responsabilidade pelo compromisso social. Preparando-as na tarefa de renovar um mundo comum. Autoridade com bases na autonomia e democracia, dando-as a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, que neste caso, não cabe nem a autoridade coercitiva e portanto excludente para os que chegam, nem a autoridade permissiva, que não as atende sobre a necessidade do aprendizado dos valores e conceitos básicos para que possam sobreviver em um mundo, à princípio, inóspito para elas.

A autora Lúcia Maria Teixeira Furlani em seu livro *“Autoridade do professor: meta, mito ou nada disso?”*, aborda o poder nas relações entre professores e alunos como consequência da mesma efetuar-se na escola, como uma instituição legitimada pela sociedade que, de modo geral, aprova, aceita e referencia a autoridade na relação professor e aluno.

Analisa as relações de autoridade em três momentos:

O primeiro: A autoridade, como produto da relação professor-aluno, baseado na competência profissional em modelos democráticos no relacionamento com os alunos: o professor como didata, facilitador de desempenhos adequados dos alunos e diagnosticador do trabalho escolar, que denominaremos de ~~acordo com a~~ autoridade democrática ou legítima.

O segundo: A autoridade, como reprodução da hierarquia escolar e social baseado nas posições hierárquicas em modelos autoritários no relacionamento com os alunos: o professor como informador, controlador e



classificador do produto do aluno, que denominaremos de autoridade coercitiva, legal ou autoritária.

O terceiro: A negação da autoridade, baseado na recusa dos modelos de autoridade em modelos permissivos no relacionamento com os alunos: os papéis de professor não são claramente desempenhados e que denominaremos de autoridade permissiva.

Analisando as relações possíveis na escola, o que podemos concluir é que, até aquela autoridade que nega o seu próprio papel social e sua função, contém dentro do seu núcleo a própria autoridade, no que se refere aos papéis estereotipados existentes na sociedade, e que inconscientemente exercem uma influência sobre todas as pessoas, pois desde a infância, os valores e crenças são, de uma forma mais contundente ou de uma forma mais sutil, incutidos em nossos cotidianos, em nossas vidas.

*“Mesmo quando não o exercemos, recusando-nos a vivenciar relações institucionalizadas, o poder continua agindo através de outros fatores componentes do sistema de comportamento imposto socialmente; os costumes, as leis, os preconceitos, as crenças, as paixões coletivas.”*  
(FURLANI, 1990, p.38)

Na autoridade democrática, tem-se o claro objetivo de priorizar a vida coletiva, o resgate da auto-estima, a motivação à criatividade e à ludicidade; a crítica é bem vinda e estimulada, o trabalho pedagógico e a relação entre as pessoas busca a promoção da autonomia e da cidadania.

A dinâmica das relações perpassa pelo conflito e superação de idéias divergentes, de construção com diálogo e práticas coletivas, em busca da igualdade, levando-se em conta as diferenças e desigualdades, criando um exercício conjunto de poder. *“A construção do conhecimento exige que haja normas que garantam a liberdade de expressão de idéia e sentimentos e*

*participação responsável dos membros do grupo-classe e da universidade”*  
(FURLANI, 1990, p.38)

Na autoridade coercitiva, o que permeia as relações entre as pessoas é a presença forte da hierarquia da posição superior e da posição inferior em um contexto de normas e convenções pré-existentes. O comportamento da que está na posição inferior deve ser de obediência, alienação e dependência. Estimula-se o conhecimento decorado e acrítico, existe uma clara subordinação do aluno ao professor e este, subordina-se a outras autoridades a ele hierarquicamente superiores. Uma forte característica é a ausência de diálogo, e uma forte relação de competição; o professor detém o conhecimento, e controla o aluno pela disciplina e avaliação por ele imposta. Não há espaço para a admiração, o que norteia a relação é o medo e a submissão.

Na autoridade permissiva, a total liberdade de expressão pode ser uma cilada bastante sedutora, pois no seu âmago reside uma total falta de parâmetros e limites, os critérios não são claros e passa a existir uma tendência perigosa a tirania do grupo em uma competição onde o mais ágil conseguirá impor suas leis e ordens. Não há espaço para a reflexão e a crítica acontece de forma autoritária, passa a inexistir normas internas e, conseqüentemente, se fará impor os objetivos dos que passam a exercer o poder, pois este estará permeando toda esta relação coletiva influenciado por todo o aparato imposto socialmente que permanece oculto ou anônimo como vimos anteriormente na reflexão de Erich Fromm.

A autoridade permissiva não promove a liberdade crítica e consciente com alicerces calcados nos direitos coletivos, e sim na alienação da inexistência de um projeto qualidade de vida para todos, como vimos em Arendt anteriormente que afirmava que a educação é onde decidimos se

amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos.

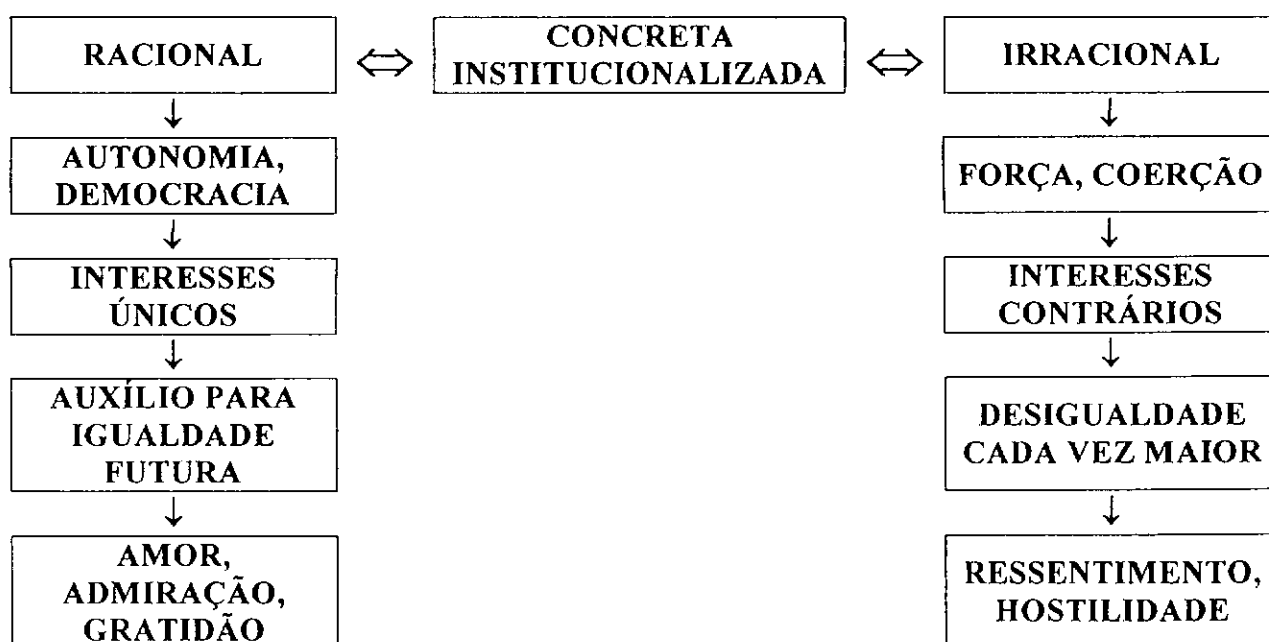
Por este motivo, quando observamos um professor negando a sua própria autoridade com o discurso de uma suposta modernidade, ele acaba por abandonar o aluno ao acaso, negando a transmissão de seu conhecimento, a disciplina coletiva e a experiência única de relacionamento com as diversas singularidades que cada um possui, ocorrendo no erro da falta de reflexão e conseqüentemente a uma possível ditadura de alunos que naturalmente assumirão este espaço não preenchido pela pessoa preparada para tal função.

A fim de facilitar o entendimento dos conteúdos aqui analisados e obtermos uma visão comparativa mais abrangente das diversas autoridades estudadas, apresentamos alguns organogramas de tendências, nos contextos históricos e pedagógicos.

### 1 Contexto histórico-social

Erich Fromm

#### Séculos XVII e XIX A autoridade



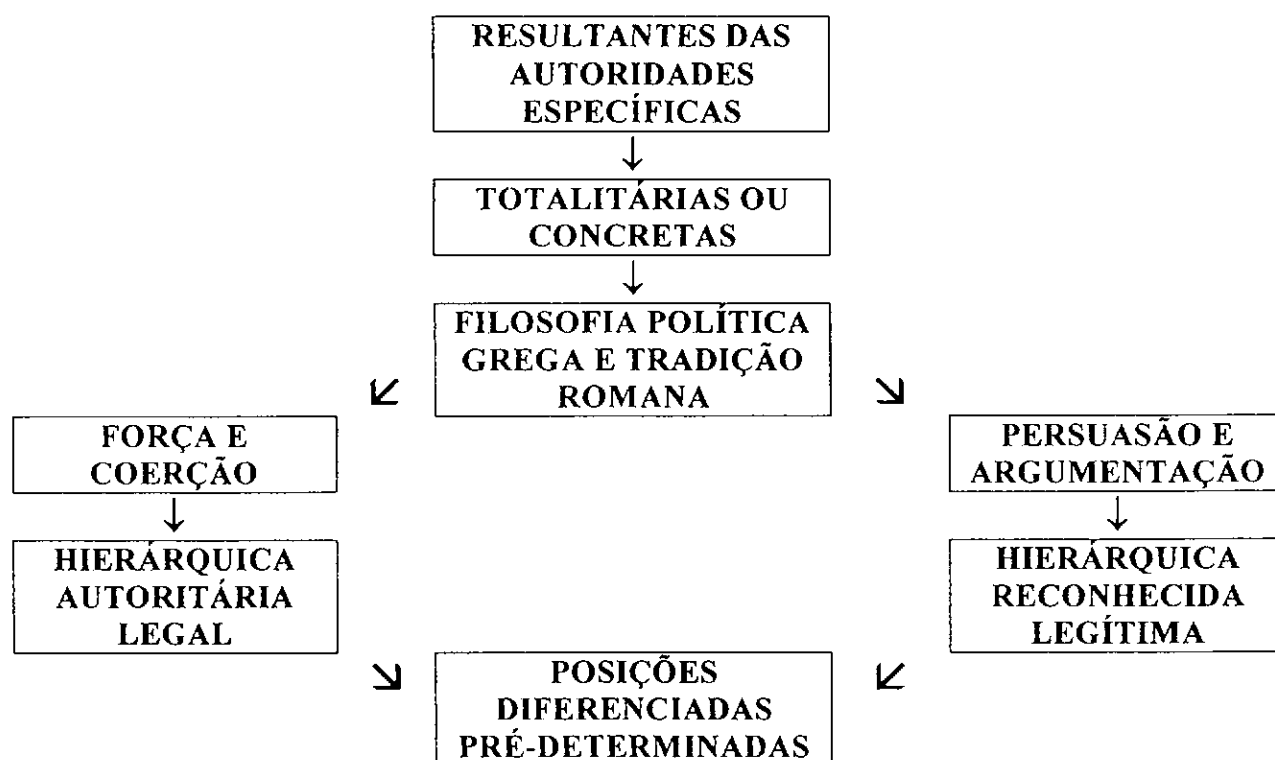
## Século XX



## 2 Contexto histórico-social

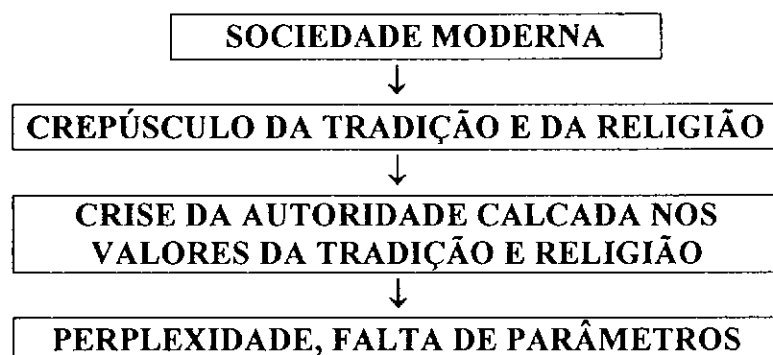
### História Antiga

Hanna Arendt



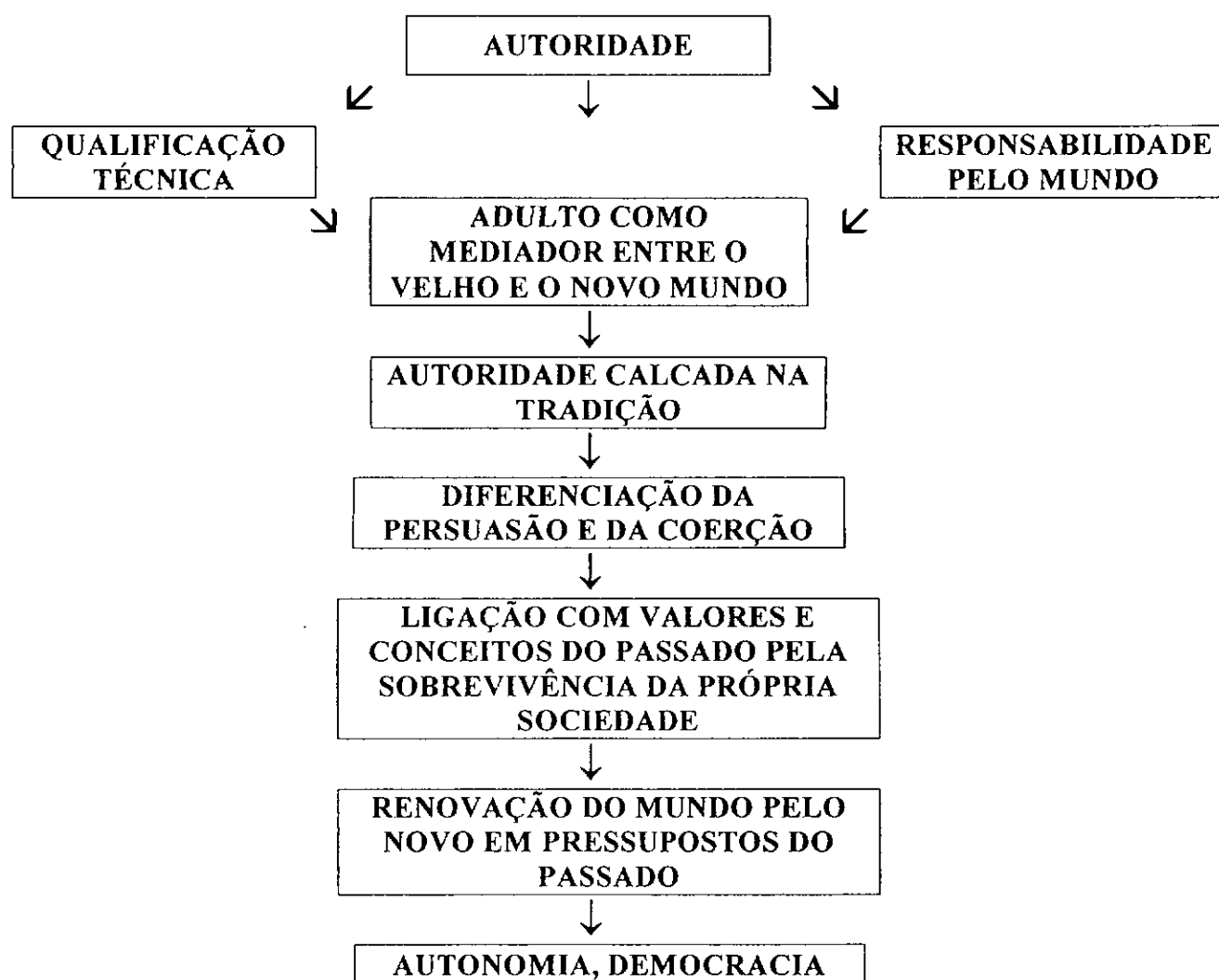
### 3 História Moderna

Hanna Arendt



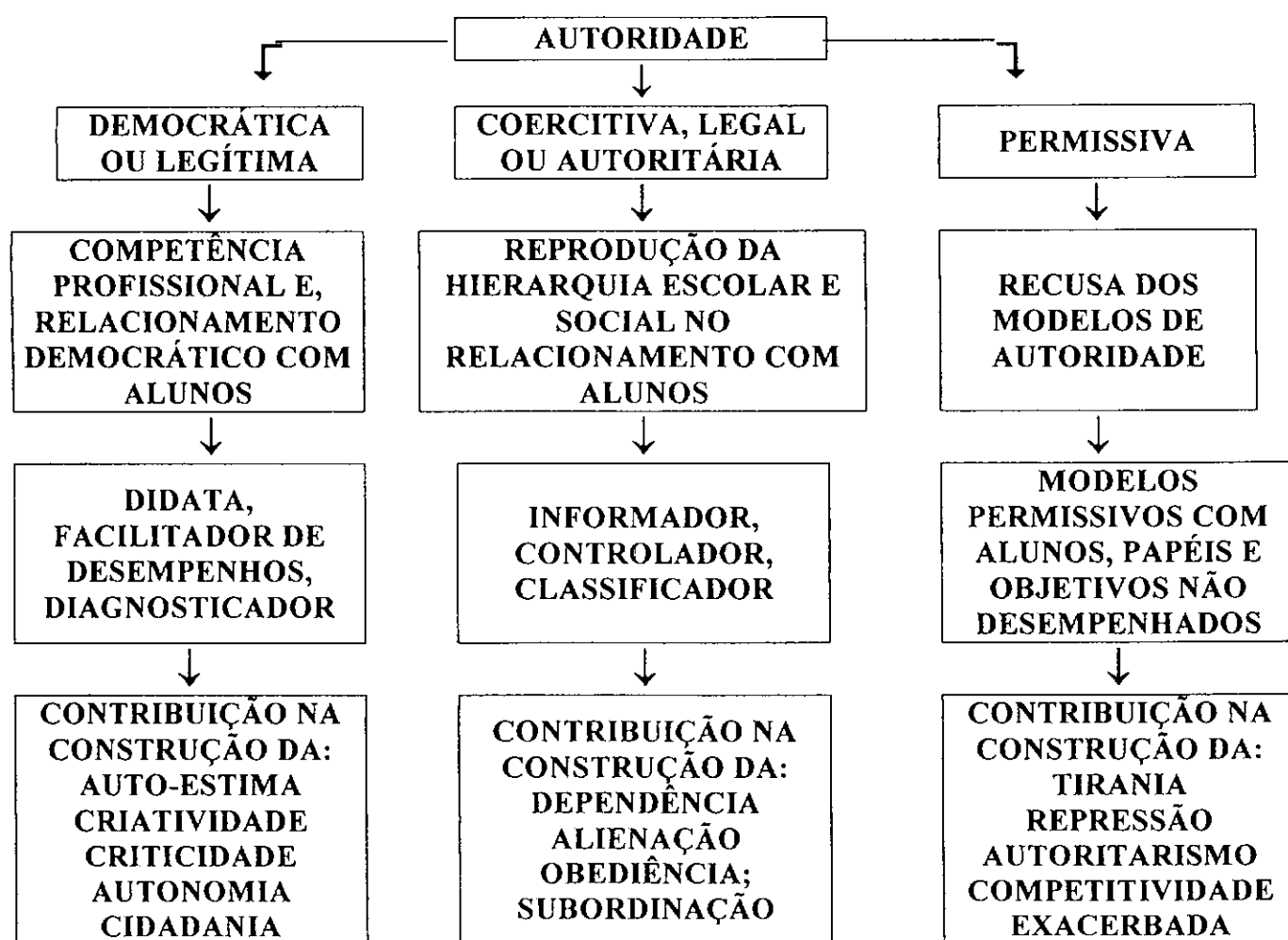
### 4 Contexto Educacional

Hanna Arendt



## 5 Contexto Educacional

Lucia Maria Teixeira Furlani



### CAPÍTULO 3

## A QUESTÃO DA AUTORIDADE NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Buscamos em José Carlos Libâneo a síntese e a classificação das principais tendências pedagógicas atuais, e seus desdobramentos na práxis e que tipos de autoridade estas tendências podem suscitar em suas ideologia e práticas cotidianas.

Sabemos do risco de sintetizar e classificar os conhecimentos, de rotular posturas e pessoas, e que constantemente construímos compartimentos para dividir coisas indivisíveis ou abrangentes, herança muito presente do positivismo em nossas vidas.

Devemos analisar os conteúdos deste capítulo de forma crítica e consciente, considerando que estas divisões tem uma limitada função quando postas frente à realidade de nossas escolas, na formação de seres humanos felizmente imprevisíveis e teimosos, contudo, elas são um instrumento de análise muito valioso para nossas reflexões.

É interessante ressaltar que a nossa sociedade é constituída de diferentes classes sociais e conseqüentemente, objetivos e interesses antagônicos. Portanto, tendências não são neutras e nem tampouco alienadas. Elas detém conteúdos direcionados a alcançar seus objetivos de forma clara e direta, em busca de uma sociedade <sup>na</sup> da qual acreditam e querem modificá-la ou mantê-la, mesmo que grande parte do magistério as reproduzam de forma acrítica e ingênua.

De acordo com o autor, as tendências se dividem em pedagogia liberal e pedagogia progressista, com os seus desdobramentos em outras tendências de mesmo viés pedagógico. A pedagogia liberal tem como parâmetro a sociedade capitalista, baseada na propriedade privada dos meios de produção. Deve-se preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais estabelecidos, portanto adaptação é a chave deste sistema em relação às normas e valores vigentes, com um forte sentido no individual.

Existem quatro tendências que compõem esta pedagogia que analisaremos a seguir:

A tendência tradicional tem como compromisso básico a preparação moral e intelectual dos alunos, a cultura erudita funciona com caminho para o saber, que é igual para todos, sem distinção, mas sem levar em conta a realidade heterogênea dos alunos.

Seus métodos usam a exposição verbal, repetição dos conceitos e conteúdos visando a memorização, formando hábitos e disciplinando atitudes.

No relacionamento professor-aluno o conteúdo transmitido pelo primeiro é de verdade absoluta, não há outro ponto de vista que não seja o dele, a disciplina é obrigatória e inquestionável, o silêncio entre os alunos deve imperar para que não atrapalhe os conteúdos, que são visto de forma superior a qualquer outra coisa. O professor só tem a ensinar e o aluno só a aprender, em papéis sociais bem distintos e claros.

Na autoridade predomina a do professor, pelo aspecto do seu status social, ela é de cunho legal, referendada pela sociedade, na instituição escolar. Existe a coerção aos alunos para que se alcance os objetivos propostos, a hierarquia é franca e absorvida pelos alunos.



Nesta tendência a autoridade estabelecida é a coercitiva ou legal, (Furlani) a irracional (Fromm).<sup>P</sup> Pois reproduz na escola a hierarquia social, os papéis pré-estabelecidos, a adaptação e a coerção aos desobedientes.

A tendência renovada progressista tem como princípio também a adaptação, só que de outra forma, a adequação individual ao meio social deve ser progressiva, por meio de experiências prazerosas, que respondam tanto aos interesses dos alunos quanto às obrigações sociais. //

Os conteúdos são estabelecidos de acordo com as experiências vividas pelos alunos, por intermédio de desafios e problemas encontrados no processo pedagógico da aula, a experiência do aprender é mais valorizada que o próprio saber estático.

As atividades são de pesquisa em grupo e solução de problemas, sempre adequadas à natureza do aluno e as suas etapas de desenvolvimento.

No relacionamento professor-aluno, o primeiro tem o seu papel principal de auxiliador no desenvolvimento da criança que deve ser livre e espontâneo. No aspecto disciplinar, este é construído pelo grupo, pela consciência dos limites de uma vida coletiva que os alunos tendem a alcançar com o método, o clima deve ser harmonioso e positivo entre professores e alunos, tentando nortear esta condição escolar para a vida em sociedade.

Na questão da autoridade, percebe-se uma falta de referências tanto para o professor quanto para o aluno, que apesar de contribuir na autonomia coletiva dos alunos, o professor não estabelece nenhum modelo e não desempenha claramente o seu papel e seus objetivos. Não se explicita o conflito, as divergências, os antagonismos. De acordo com Furlani, esta tendência se aproxima a uma autoridade permissiva ou de omissão ao seu papel social.

A tendência renovada não-diretiva caracteriza-se mais pelo aspecto psicológico individual e suas conseqüências, do que propriamente por problemas sociais ou pedagógicos. Valoriza a formação de atitudes em busca de uma mudança interna no indivíduo, desvalorizando os conteúdos didáticos em detrimento da realização pessoal do aluno. Busca-se o bem-estar, para que, mediante esta conquista, possa buscar por si mesmo os conhecimentos que lhe serão úteis e necessários. Assim a função da escola, neste caso, é de motivar e oportunizar uma melhoria na qualidade de relacionamentos interpessoais, objetivando o próprio crescimento pessoal.

No relacionamento professor-aluno, o aspecto de ausentar-se do processo de aprendizagem do aluno pelo professor é bem visto, pois considera-se que as intervenções feitas pelo professor são inibidores e castradores, com isto a relação é centrada no aluno, cabendo ao professor garantir um clima pessoal e verdadeiro, ou uma espécie de terapeuta, psicológico.

Novamente percebemos uma autoridade permissiva (Frulani), visto que reside neste processo uma recusa de modelo de autoridade (seja ela qual for), podendo surgir um estado de tirania entre os alunos, face a falta de parâmetros e referenciais que os alunos necessitam para a construção dos seus conceitos.

A interessante ênfase no bem-estar dos alunos e suas capacidades que venham a surgir decorrente da facilitação que o processo oportuniza, é também ousado, mas não responde aos aspectos sociais e seus antagonismos.

Neste caso a autoridade inexistente e os seus papéis e objetivos não são desempenhados.

A tendência tecnicista tem como característica a especialização, o

aperfeiçoamento social existente, a tecnologia à serviço de um mercado de trabalho eficiente e objetivo. Modelar o comportamento humano por intermédio de técnicas específicas, adestrar os indivíduos nas habilidades e atitudes necessárias para se integrarem ao sistema vigente, de forma precisa e competente.

O conhecimento deve ser mensurável e objetivo, ordenados em uma seqüência lógica de acordo com especialistas. O processo pedagógico deve conter o uso de procedimentos científicos tais como livro didático, instrução programada, audiovisual, entre outros.

Tem-se em mente a preocupação com o comportamento como resultado final dos alunos, sem espaços para a subjetividade ou qualquer coisa que não seja pragmático. Valoriza-se o desempenho e a eficiência do aluno, criando um condicionamento voltado para resultados rápidos e objetivos.

No relacionamento professor-aluno observa-se os papéis bem definidos na escola, o professor transmite os conteúdos com técnicas eficientes em busca de resultados práticos da sua aprendizagem e o aluno recebe estas informações. Inexistem questionamentos ou debates e o relacionamento de ambos é distante e impessoal. A competência técnica é o referencial de autoridade, o conhecimento e o saber específicos reproduzem a hierarquia social no status do professor, visto pelo aluno, este não participa dos processos de construção; é um espectador e absorve os métodos para aplicá-los. A autoridade neste contexto é coercitiva ou legal (Frulani), pois o professor é quem informa, controla e classifica contribuindo na construção da alienação, obediência e dependência destes alunos.

A Pedagogia progressista tem como principal eixo o seu olhar crítico sobre as diversas realidades sociais, analisa e traduz as contradições do sistema educacional. Redimensionam os objetivos sociopolíticos da educação.

É contrária ao sistema capitalista, que sustentado pelo lucro e a mais-valia, produz uma sociedade de classe, onde uma maioria produz e uma minoria detém o poder desta produção, e toda consequência de comportamentos e atitudes advindas deste contexto.

Visa a contribuição na construção de indivíduos críticos, que percebem a sua realidade político-social e que tenham condições de transformarem a realidade vigente, contém um forte sentido coletivo e valorizam a cultura popular.

Existem três tendências que compõem esta pedagogia que analisaremos a seguir:

A tendência libertadora tem como marca uma educação popular, voltada ao resgate da cultura do povo e se auto intitula “não formal” ou seja, fora dos bancos escolares. O processo se dá no trabalho conjunto de professores e alunos onde se resgatam os conteúdos da aprendizagem na sua própria realidade (temas geradores) dando significado aos mesmos, atingindo um nível de consciência crítica desta mesma realidade e passando a atuar de forma transformadora.

Na educação de adultos, esta tendência exige uma relação de diálogo autêntico, visto que os conteúdos são significativos, tornando o professor e o aluno sujeitos do ato de conhecer, formando o que chamaram de “grupo de discussão”. Todos definem o conteúdo e as atividades, e neste caso o professor funciona como um integrante do grupo, um animador.

No relacionamento professor-aluno a questão da autoridade tradicional se esvai, na medida que o diálogo é o pressuposto básico desta tendência e realiza um trabalho não-diretivo, mas no qual a autoridade não está ausente como nas tendências liberais. O professor não se omite, pelo contrário,

participa das discussões com suas opiniões e tomadas de decisões, sem se omitir ou neutralizar-se.

Neste sentido, de acordo com Furlani, a tendência libertadora assume o que classificamos de autoridade democrática ou legítima, pois necessita da competência profissional do professor, somada ao relacionamento democrático com os alunos, mas também observamos traços de autoridade permissiva. Quando pressupõe a recusa de modelos de autoridade, seus papéis e objetivos não desempenhados.

A tendência libertária se posiciona contrariamente a tendência libertadora no sentido escolar. Ela existe e se manifesta exatamente na escola, exercendo um papel transformador nos alunos, pelo caminho da auto gestão, aproveitando todo o aparato que a escola já possui e introduzindo modificações institucionais tais como conselhos, associações, assembléia, etc.

Busca-se a autonomia pela resistência à burocracia educacional, dominada pelo estado, que controla professores, programas, etc., pois acredita que o desenvolvimento individual só se realiza na coletividade.

Valoriza-se o conhecimento pelas experiências vividas pelo grupo, de acordo com as necessidades da vida social, na forma de autogestão.

Na relação professor-aluno o norteador é não-diretividade, negando o sentido nefasto dos métodos a base de obrigações e ameaças.

É importante frisar que os papéis do professor e do aluno são diferentes, o professor é um orientador dos conteúdos discutidos por todos e o grupo é responsável por toda resultante deste processo. Novamente percebemos que a pedagogia libertária recusa qualquer forma de poder ou de autoridade centrada na coerção ou autoritarismo.

Observando a questão da autoridade, de acordo com Furlani, a tendência libertária pode ser classificada em dois tipos: a democrática ou

legítima pois estabelece um relacionamento democrático com os alunos, oportunizando autonomia, criticidade e cidadania ou autoridade permissiva, pois na recusa de modelos de autoridade abre um espaço hipotético na construção da tirania dos alunos mais carismáticos ou líderes, exercendo possíveis atos de autoritarismo, por razão dos papéis e objetivos não desempenhados pelos professores e conseqüentemente, uma nova ordem de um grupo hegemônico que possivelmente possa surgir na correlação de forças em uma coletividade. Principalmente no caso de pessoas com pouca experiência anterior, como as crianças.

A tendência crítico-social dos conteúdos, como já diz o seu nome, prioriza o uso dos conteúdos de forma contextualizada com a sua realidade social e histórica. Valoriza a escola como um espaço privilegiado da sociedade na apropriação do saber erudito, objetivando instrumentalizar as camadas populares ou busca de uma transformação social.

*“Em síntese, a atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade”.*  
(Libâneo, 1987, p.30)

Esta tendência, além de frisar os conteúdos como tarefa primordial, destaca que os mesmos devem estar intimamente ligados em significação com as condições e realidades humanas e sociais.

Busca-se a ruptura destes conteúdos, estereotipados pela sociedade, por intermédio da análise crítica, que venha a desvendar o senso comum ditado pela ideologia dominante, arraigado a estes mesmos conteúdos.

Na relação professor-aluno o que se estabelece é a troca de experiências e colaboração com ambos, o aluno experimenta o confronto de sua realidade cultural com os conteúdos trazidos pelo professor, em busca da verdade que

mobilize reflexões e, conseqüentemente, atitude e buscas para a participação crítica, criativa e ativa.

O papel do professor é o de mediador de um processo onde o aluno tem bem mais espaço de ação e atitudes, o conflito torna-se necessário em busca da superação de análises e reflexões voltadas para novas concepções e práticas. Contudo a relação é desigual e diretiva, pois o professor detém mais experiência e conhecimento à cerca da realidade social e deve intervir na questão da auto-estima em busca do crédito das possibilidades e capacidades dos alunos.

Assim, o aluno se reconhece nos conteúdos e práticas exercidas pelo professor e evolui em suas capacidades e descobertas.

A questão da autoridade nesta tendência, é a que Furlani classifica de democrática ou legítima, pois o papel do professor não é centralizador e o papel do aluno também não é de submissão, o que se percebe é a passagem de conteúdos de forma competente pelo profissional em uma relação democrática com os alunos, que intervém de forma crítica e contextualizada de acordo com os seu valores, na busca de um relacionamento franco e transparente, aberto aos conflitos e divergências, em busca de uma coletividade feliz e democrática.

Neste caso a autoridade proporciona o desempenho, auto-estima, a criatividade e a conseqüente autonomia.

## CAPÍTULO 4

# A QUESTÃO PRÁTICA DA AUTORIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

Após a análise das tendências atuais e os seus desdobramentos na relação de autoridade entre professor e aluno, enfocaremos como se realizam estas relações, suas hipóteses e pistas no cotidiano escolar e que possíveis conseqüências resultam estas práticas.

É interessante observar a intolerância dos outros aspectos que permeiam a relação entre professor e aluno e que quase não nos percebemos, pois analisar tendências ou observar as autoridades que lançamos no cotidiano escolar, são realidades entre pessoas, e estas carregam dentro de si e as expõem em suas atitudes, um perfil oculto que influencia significativamente nos meandros destas relações que são os aspectos culturais, seu perfil de personalidade, suas histórias de vida, suas neuroses e afetividades.

E todo este arcabouço se soma à questão de qualidade e competência técnica que são explícitas e objetivas, mas não podemos deixar de perceber que a subjetividade dos aspectos anteriores são essenciais em uma análise sobre seres humanos.

Nos capítulos anteriores, definimos as relações de autoridade em três tendências bem características que são as autoridades permissiva, democrática e autoritária, o que analisaremos a seguir é de como pode-se desmembrar na prática estas características.



Uma situação escolar bem comum é a falta de crédito que o professor tem do aluno, por razões inúmeras, o profissional não se motiva a resgatar o interesse dos alunos em relação aos conteúdos propostos e ao invés de dar significado a estes conteúdos, para que estes façam parte da realidade dos alunos, pelo contrário, se distancia e se desmotiva do principal elo de ligação que é o respeito mútuo, a diferença que existe e que deve ser aproximada por ambos.

Não se constrói um diálogo, uma ligação, o conhecimento é frio e sem sentido, cria-se uma competição velada sobre vencedores e perdedores e neste caso a avaliação funciona como um enorme instrumento de poder e disciplina entre professores e alunos. Cabe nesta relação a pobre construção entre o que detém informações e os que recebem, e serão atribuídas as glórias deste processo para aquele que for a cópia mais fiel daquele que ensina, do dono da informação, do conhecimento técnico e erudito. Não há espaço para a infinita variedade de saberes que permeiam seus humanos e suas experiências, e tampouco outros tipos de comportamentos que não sejam aqueles estipulados, adaptados.

Memoriza-se conteúdos como papagaios que repetem palavras sem saberem os seus significados, não se reflete sobre os conhecimentos.

Na situação autoritária observamos aquela relação explícita de poder e aquela situação que Fromm denominou de autoridade anônima.

Na autoridade coercitiva explícita, o resultado do processo cotidiano nos alunos é a dependência na resolução de problemas coletivos, onde os parâmetros de análise e superação de problemas se desloca para a figura do professor, a auto-estima do aluno se constrói em descrédito, na incapacidade de confiar em si próprio, dependendo eternamente de pessoas mais “qualificadas”, não abstrai as situações concretas e tende a um imediatismo

nas situações conflitantes sem aprofundar as contradições, passa a ser obediente e a assumir valores que não o satisfaz, a adaptação é a porta de entrada para se sentir aceito, passa a viver do jeito que os outros gostam e não como gostaria de viver. A hierarquia, neste caso, não busca a igualdade, ela fortalece a distância de quem detém as decisões e de quem acata e cumpre.

Na autoridade anônima ou oculta os resultados são basicamente os mesmos, contudo existe uma esfera “invisível” que determina todo o processo entre as partes, mas que nunca se faz presente. São as regras que devemos cumprir mas que não sabemos de onde <sup>veio</sup> e nem o seu objetivo, só entendemos que devem ser cumpridas, existem normas pré-estabelecidas, contratos sociais de comportamentos que devemos exercer porque todos assim o fazem. Não identificamos quem dá ordens, pois está acima do professor estas regras que devemos obedecer, o discurso se torna impessoal e a autonomia fica no campo do discurso, com a prática contraditoriamente adaptada ao consenso, é uma igualdade imposta.

Nas situações onde a autoridade se baseia na permissividade, vamos encontrar uma total liberdade de expressão e atitudes, onde a espontaneidade floresce e os limites passam a inexistir. O que parece à princípio uma alternativa interessante, se observarmos com mais atenção perceberemos que para se entender o que venha a ser liberdade e podermos desfrutá-la em todas as suas possibilidades, precisamos entender e apreender os seus limites, pois só assim entenderemos nossas capacidades e desejos, Sem limites não há liberdade, nem o entendimento de que vivemos em coletividade. Portanto fazer o que se pode equilibrado com o que se quer, é entender o significado de estar em grupo, de querer o bem comum à todos. Não se pode alcançar a felicidade sozinho, os fracassos e os sucessos de nosso cotidiano são sempre coletivos, pois dependem da contribuição de cada um.

Neste caso, a permissividade acirra a competição e a luta pelo poder. Que será vencida pelo aluno que mais se utilizar dos conceitos e normas legitimadas pela sociedade, a tirania será o parâmetro do grupo e repetiremos a hierarquia que distancia seres humanos, que cria comandantes e comandados sem a menor visão de igualdade de oportunidades.

Perde o professor que não se utiliza do seu papel e fica sem o significado social da sua prática.

Perde o aluno a chance de apreender os conhecimentos essenciais de um mundo novo para poder inserir as suas possibilidades em sua nova construção.

Nas situações cotidianas escolares, em que a relação de autoridade se baseia em modelos democráticos, observamos um poderoso método que permeia toda a convivência em grupo, o saber falar e saber escutar.

O diálogo franco, igualitário em suas possibilidades e a escuta atenta e reflexiva são pilares de um amadurecimento humano sem precedentes.

O que parece o óbvio não acontece de forma espontânea, não fomos nem somos motivados a dizer o que pensamos ou que achamos, se posicionar no campo dos desejos e de querer, em um mundo onde deve se desejar o que se determina é extremamente perigoso, pois corremos o risco de rejeição e conseqüentemente o de solidão.

A interação deve acontecer de forma coletiva, com espaço para todos se expressarem e serem ouvidos, isto requer organização coletiva e democrática. O conhecimento é desenvolvido e elaborado nas diversas experiências e interpretações das mesmas, os limites desta construção são claros, pois são definidos por todos e a crítica é bem vinda, pois por ela é que a reflexão e a mudança se concretizarão no grupo, em suas normas.

A confiança no grupo é um resultado que vai sendo construído na medida que o processo avança, surge o respeito às individualidades e às diferenças. A hierarquia, neste caso, é assumida por todos não como regra a cumprir, mas pela consciência de que o conhecimento que o outro possui, lhes serve de auxílio a sua evolução, ao seu aprendizado. Os sentimentos de respeito e admiração invadem o espaço competitivo que a tirania e o autoritarismos criam no campo da hierarquia de cargos ou posições.

Não se trata de confundir ou abdicar dos seus papéis sociais, pelo contrário, o professor constrói com o grupo, o desempenho, a criatividade e as necessidades coletivas, ele sai do palco da sala de aula e vai sentar em roda com os seus alunos, na experiência de ouvir e falar como mediador e facilitador das qualidades latentes de todos.

Não se trata de um processo perfeito de relacionamento, nem tampouco a fórmula para todas as mazelas sociais. Neste processo democrático se percebe a possibilidade das pessoas serem autênticas, verdadeiras, confiantes. Sem precisar construir papéis estereotipados para serem aceitas. É um processo de construção de si próprio e de seu grupo em direção às suas necessidades e seus projetos de vida.

A possibilidade de democratização entre os pares no meio escolar é a esperança da possibilidade de um mundo mais humano, mais democrático.

## CONCLUSÃO

Quando se analisa a autoridade nas suas diversas formas e sua concretização na sala de aula, nos deparamos com as nossas próprias contradições e atitudes em nosso cotidiano, pois somos influenciados pelo contexto social e histórico em que vivemos e não devemos ter a pretensão de que estamos à margem de toda esta estrutura.

Em nossa história ocidental nos deparamos com uma enorme quantidade de experiências, que, infelizmente, teve como viés o autoritarismo, por intermédio das guerras, ditaduras, conquistas, invasões, pressões políticas ou psicológicas, facismos, entre tantos outros.

Portanto, arriscamos dizer que somos autoritários por cultura e imposição, e mais ainda, arraigados neste autoritarismo quando sequer percebemos esta situação e negamos nossa condição.

Devemos ter a consciência e coragem de percebermos os nossos limites, e humildemente encontrarmos nossas contradições cotidianas e buscarmos as saídas que possam resultar na qualidade da existência de todos, ou pelo menos, para os que estão próximos.

Mediante esta análise, concluimos que até nas tendências “não-diretivas”, onde se supõe uma negação da autoridade, ela está presente nas suas relações interpessoais.

Quando analisamos a liberdade total como pressuposto à evolução sem as correntes que aprisionam a capacidade, a criatividade e a felicidade humana, desprezamos a poderosa autoridade oculta que permeia todas as relações humanas e suas instituições, pois como sociáveis, vivemos em grupo,

na coletividade. E seria ingênuo acreditar que existe alguma relação que não seja contextualizada e, conseqüentemente, influenciada pelos valores existentes.

E não se pode negar que a existência de nossa espécie é devido às experiências e resultados dos que aqui já estavam, corroboradas de valores e juízos estabelecidos e repassados aos novos seres recém-chegados e que necessitam da sua proteção e conhecimento.

Não se trata de negar qualquer idéia ou atitude originais ou transformadoras, mas de entender que é necessário para toda e qualquer mudança partir dos princípios que já estão postos, experimentados e amadurecidos, em um ponto de partida para as novas concepções. Deixar que o coletivo, seja qual for, se interrelacione sem parâmetros ou pressupostos é condenar o grupo à tirania das lideranças que surgirão no decorrer do processo que podem se posicionar de acordo com os valores hegemônicos dominantes existentes, ou seja, autoritários.

Por outro lado, as tendências “diretivas” podem construir os seus alicerces no autoritarismo, visto que toda experiência de relações interpessoais são baseadas neste conceito.

Portanto, antes de assumir esta ou aquela ideologia, é necessário refletir sobre algumas questões.

As atitudes, pedagógicas ou não, estão inundadas de valores, normas, padrões e comportamentos, de forma inconsciente ou não, por isso inexistente a neutralidade, a falta de intencionalidade, tudo tem um objetivo imediato e ao longo prazo.

Devemos conhecer a essência dos métodos e que resultantes estes pretendem atingir. O que se observa em nossos estabelecimentos escolares são práticas autoritárias assumidas ou disfarçadas com discursos progressistas,

pois a tradição permanece como o seu núcleo. Não relacionam conteúdos e metodologias com tendências pedagógicas, nem o tipo de ser humano que se quer formar para que tipo de sociedade deva existir. Na verdade, para a maioria dos professores os conteúdos e conhecimentos são estáticos, neutros e descontextualizados.

Reproduzimos, então, a hierarquia social por intermédio do cargo que ocupamos e o seu papel social. A competência e o domínio técnico passam a ser supervalorizados de forma inatingível e inquestionável. Nos colocamos na posição de informador<sup>12</sup> do conhecimento, controlador<sup>13</sup> da disciplina e classificador<sup>14</sup> nas avaliações de forma alienada ou consciente da situação, mas incapazes de produzir uma outra alternativa por falta de experiência ou por não sabermos superar as contradições entre a teoria e a prática.

Nosso desafio está em superar a tensão entre a autoridade e a liberdade, pois como estamos em sintonia com a tradição autoritária, que tanto nos influenciou, freqüentemente nos sentimos impedidos de exercer a autoridade democrática tão necessária para atingirmos a liberdade coletiva, o bem comum.

A liberdade pressupõe limites, que são conquistados com a convivência solidária e fraterna de um grupo, estes devem ser claros e únicos a todos, instituídos pelo grupo, de acordo com conceitos construtivos para a humanidade, ligadas à individualidade, ao prazer, ao conhecimento, a felicidade, a vida e a autonomia. É tomar decisões e assumir suas conseqüências, optar conscientemente, dialogar em grupo e experimentar coletivamente o caminho proposto.

Sem dúvida é um desafio não usar da autoridade legal estabelecida, que nos dá além de segurança, todo um aparato já existente preparado para esta

função. Abdicar do cargo de status para uma função de assistente participante é sem dúvida trabalhoso e angustiante.

O professor que pratica uma autoridade democrática é aquele que considera a diferença com o pressuposto para uma igualdade essencial; que tem esperança em seres humanos melhores; que busca as mudanças da sua realidade, que entende o seu papel social, as suas capacidade e limites; que sabe escutar, dialogar, aprender e ensinar; que vivencia as suas contradições, experimenta, reflete e modifica.

O esforço humano deve ser voltado para o coletivo, resguardando a riquíssima individualidade, buscando uma igualdade de oportunidade e qualidade de vida para todos.

Existem várias experiências que culminam em uma relação de autoridade democrática, mas estamos ainda entrelaçados no lugar comum do autoritarismo, ainda tão sutil em sua fase “anônima” em nossa época histórica, a época do conformismo, das atitudes previsíveis e uniformes.

O que propomos é que se questione tantas certezas, que se desconfie de tantas verdades e dogmas que nos impõem desde que nascemos e perduram por toda a vida, toda uma geração, toda uma história.

É engravidarmos de dúvidas, repensarmos nossas atitudes, conhecermos e nos apropriarmos dos saberes eruditos e culturas populares, é resgatarmos da vida o seu significado, é gerarmos a ousadia.

Resgatar a auto-estima dos excluídos socialmente é ajudá-los a conquistar as questões básicas de sobrevivência como moradia, emprego, e saúde, para alcançar a sua cidadania e o seu entendimento como um ser transformador das realidades existentes.



Devemos conhecer e vivenciar as experiências já existentes que buscam todos estes parâmetros somados ao conhecimento técnico necessário para saber por onde se pode construir uma sociedade mais justa, feliz e humana.

A autoridade pode e deve existir, pois a educação deve ser o elo de ligação das crianças para que elas possam se instrumentalizar em um mundo já existente e dar-lhes a oportunidade e empreender algo novo e imprevisto para os que estão em busca da eterna renovação do nosso mundo.

## ANEXOS

### Anexo 1

**Revista Veja, 16 de junho de 1999, capa principal:**

*“não, não e não!!!*

*Os especialistas dizem que os pais precisam impor limites para educar os filhos”*

Mais adiante, a matéria na página 125:

*“... no catálogo da maior livraria da Internet, existem nada menos que dezesseis títulos sobre dizer não aos filhos (...) Na Inglaterra um dos maiores sucessos editoriais nos últimos meses é um livro chamado : Dizer não-por que isso é importante para você e seu filho (...)*

*(...) A pior coisa que pode acontecer com uma criança é ser deixada à própria sorte. Nenhuma pessoa, por mais inteligente e genial que seja, tem a capacidade de educar a si mesma e preparar-se sozinha para os desafios da vida adulta.”*

## Anexo 2

**Jornal O Globo, 7 de agosto de 1999, segundo caderno, matéria de meia página:**

*“Proibido não proibir!”*

Artigo de Zuenir Ventura

*“Diante do vale-tudo desses tempos pós modernos, da permissividade absoluta, das inversões perversas em que o Woodstock se transformou no seu oposto, as medidas revolucionárias ou progressistas talvez não sejam mais como antigamente à subversão da ordem, mas as ações ordenadoras: em lugar do velho princípio anárquico de 68, “é proibido proibir”, porque não um novo slogan contra a desordem mundial, nacional e municipal? Por exemplo: “é proibido não proibir.”*

### Anexo 3

**Jornal O Globo, 2 de janeiro de 2000, Caderno Ciência e Vida,  
matéria de destaque:**

*“Pílulas de felicidade em vez de ideais”*

Entrevista com o psicanalista Benilton Bezerra.

*“... A qualidade de vida se mede pela quantidade de itens consumidos. Projetos individuais? O mercado é quem dá o selo de legitimidade. Sem ideais mais ou menos sólidos, os sujeitos são impelidos a buscar em modelos veiculados pela mídia e pela moda, imagens que lhes servirão de guia. (...) frente ao paradoxo de se ver excluídos de uma sociedade que se diz de iguais e diante de uma realidade política em que promessas de futuro não encontram mais avalistas, muitos brasileiros – sobretudo jovens – se lançam no que parece a única saída: arrancar à força objetos e bens ícones de inscrição social que os resgatem da exclusão por irrelevância absoluta. Quem ainda pode ferir, assustar, saquear não pode ser só ignorado.”*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hanna. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FROMM, Erich. Psicanálise da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

\_\_\_\_\_. O medo à liberdade. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FURLANI, Lúcia Maria Teixeira. Autoridade do professor: meta, mito ou nada disso? São Paulo: Cortez, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública. A pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1987.

## BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

CORTELLA, Mário Sergio. A escola e o conhecimento. Fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez, 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. São Paulo: Ática, 1999.

\_\_\_\_\_. Pensamento Pedagógico Brasileiro. São Paulo: Ática, 1995.

LOBROT, Michel. A favor ou contra a autoridade. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

RESENDE, Lúcia Maira Gonçalves de. Relações de poder no cotidiano escolar. Campinas: Papyrus, 1995.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. São Paulo: Cortez, 1986.



UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

**FORMAÇÃO DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS -  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO**

**AVALIAÇÃO DE MONOGRAFIA**

Título da monografia : A questão da autoridade na escola e na universidade : Algumas u-  
ma eimo, de uma necessidade?

Autor : Alvaro Antonio Santos Salvador

Professor Orientador : Angela Mª Souza Martins

Professor Leitor : Luísa Maria Coelho

Parecer do Orientador :

O trabalho monográfico do aluno apresenta uma ótima sistematização e análise de ideias dos autores Erich Fromm, Hanna Arendt, Lucília Maria Teixeira Furlani e José Carlos Libâneo. Neste trabalho, ele articula com muita propriedade categorias desses autores, demonstrando um ótimo amadurecimento teórico. Por isso, concedo-lhe conceito E.

Atty

Parecer do Professor Leitor :

O tema escolhido é atual, interessante e pouco trabalhado, o que lhe confere alguma originalidade.

O autor trabalhou bem a relação teoria - prática, pois foi capaz de analisar autores que refletiram sobre a autoridade e fazer uma "ponte" com as práticas cotidianas de sala de aula. Os esquemas elaborados demonstram, ainda, capacidade de síntese.

Percebe-se, no entanto, a ausência de aprofundamento sobre a "questão da autoridade na universidade", como diz o título. É necessária uma revisão do texto que apresente, em alguns momentos - poucos -, falta de coerência.

Conceito final : 9,0 - E (excelente)

Luísa

Conceito Final : E

Data : 16/05/2000

Assinaturas :

Angela Maria Souza Martins  
Luísa Maria Coelho